



## RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES

*Primeira reunião com a Presidência do TJSE  
retoma o diálogo*

### ARTIGO

## 24 anos de sindicalismo no TJSE

Entre a inércia, a luta e os desafios



## 24 anos de SINDIJUS: Entre a inércia, a luta e os desafios

Todos os aniversários ou mudanças de ano nos conduzem à reflexão sobre o passado, presente e futuro, é assim com qualquer rito de passagem. Neste mês de março, mais precisamente no dia 29, o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Sergipe completa 24 anos de existência e, como mensurei anteriormente, como ator político dessa entidade nos dias de hoje, me peguei em um momento de reflexão sobre toda nossa caminhada até aqui.

A partir da análise dos documentos da nossa entidade, primeiro relembrei a atuação sindical, desde a sua inauguração, na sala de casamentos no Palácio da Justiça, em 1989, sua parca atuação nos períodos seguintes, marcado inclusivamente com acusações de malversação do dinheiro do sindicato, o que culminou com uma intervenção no ano de 1994, quando houve um processo eleitoral que efetivou uma chapa majoritariamente formada por oficiais de justiça.

Ainda tomado pela busca da compreensão sobre a história da nossa entidade sindical, refiz uma passagem pelos 12 anos em que o nosso sindicato era mais um instrumento legitimador dos interesses políticos vindos do Palácio de Justiça, que beneficiavam poucos em detrimento de uma maioria que amargava a pior remuneração salarial de todos os Tribunais estaduais do país.

Ao mesmo tempo em que folheava atas das Assembléias que raramente aconteciam e informativos antigos, fazia uma

análise para compreender qual foi o momento de ruptura a esse modelo sindical assistencialista, de mero administrador de convênios e sem qualquer ação transformadora para os servidores.

Foi quando vi localizada nesse contexto a maior transformação realizada no quadro de pessoal do TJSE, quando, a partir de 2005, quase mil novos servidores concursados ingressam no Tribunal, mudando a hegemonia predominante na estruturação Judiciário sergipano, que deixa ser formada por uma maioria de cargos comissionados e passa ser de servidores concursados.

A partir daí, percebia-se claramente o sentimento de indignação com as condições de trabalho, com o salários que recebíamos e como, esse sentimento, que, a priori, era individualizado, começou a ganhar corpo.

É nesse momento que – diante da recusa da direção do sindicato em organizar campanhas salariais – parte dos servidores, insatisfeitos com aquela situação, passa a reunir-se nas salas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ali surgiam as primeiras sementes de algo que logo se tornou uma organização paralela e que organizou a 1ª Campanha Salarial da história dos servidores do TJSE, com o mote “Dignidade Salarial Já!”, financiada pelos próprios servidores da base, que não eram mais individuos, mas sim um coletivo.

O nome dessa organização não poderia ser outro – Movimento ‘Sindicato é Pra Lutar! – quase um grito, uma manifestação da revolta ante a inércia do nosso sindicato. Assim, fomos construindo um novo modelo de organização sindical, ali registrando as primeiras denúncias

públicas na imprensa, os primeiros atos de protesto e, por consequência, as primeiras perseguições por parte do TJSE, com remoções arbitrárias e processos administrativos que tentaram impedir que a organização coletiva dos servidores se consolidasse definitivamente.

Em 2007, houve um processo eleitoral dentro do nosso sindicato, onde, embora parte desses atores, que desde 2005 construíram esse processo inicial de transição, foram impedidos de disputar por conta do tempo excessivo de filiação previsto no estatuto, contudo, era inadiável a ruptura do período em que o sindicato foi governado por um grupo que por doze anos manteve o sindicato como um anexo do TJ, e isso, enfim, se materializou.

A partir de 2008, um novo período inicia-se, onde o sindicato passa a ser administrado por companheiros que também discordavam da dependência do sindicato ao TJ, que marcaria a atuação, desde a sua fundação até ali.

Agora, por dentro das estruturas do sindicato, servidores começavam a organizar Assembleias e protestos públicos – que até então só eram organizados por dentro da CUT – e fizeram os preparativos para a organização sindical que estabelecemos hoje.

Em 2010, após uma reforma estatutária, servidores que antes não puderam disputar das eleições, garantiram os direitos políticos e pela primeira vez disputaram os rumos do sindicato.

Agora, a categoria já conhecia dois modelos de sindicalismo: o Peleguismo (atrelado aos interesses do patrão), e o Combativo (atrelado aos interesses dos

trabalhadores). E o resultado veio avassalador, a aprovação da categoria para o modelo de sindicalismo combativo e para a chapa “Sindicato é pra Lutar” simbolizou uma decisão política da categoria, que, depois de tantos anos, tinha encontrado o caminho da luta e decidiu continuar avante.

Dias de muita luta e de muito embate, um caminho de vitórias e muitos desafios.

A partir daí, tivemos vitórias pelo aprofundamento de uma organização sindical que tem a concepção da defesa de um Sindicato Autônomo em relação ao patrão; Classista, enquanto integrante da classe trabalhadora como um todo; e Democrática, por assegurar a participação de todos os sindicalizados interessados na definição dos rumos políticos e da atuação da entidade.

Vitórias também pela interiorização do sindicato; plenárias de base; eleição de delegados de forma descentralizada; realização do 1º Congresso; com um projeto de comunicação que se estabelece como ponte entre as ações sindicais e a sociedade.

Apesar dos avanços, também temos muitos desafios pela frente. Uma estrutura administrativa com distribuição de pessoal na atividade meio e atividade fim mais equilibrada e fechar as sangrias que direcionam o dinheiro para custear privilégios são desafios vitais em que precisaremos convencer os gestores do TJ a contorná-los para assegurar uma saúde financeira que possa valorizar, de forma justa, todos que trabalham nesse órgão.

**Plínio Pugliesi é técnico judiciário do TJSE, diretor Presidente do SINDIJUS e de Políticas Sociais da CUT/SE.**

## TOP 10 do TJSE FEVEREIRO

### Ranking dos maiores salários do TJSE

1º SERVIDOR INATIVO	R\$ 55.990,42	6º JUIZ DE DIREITO	R\$ 46.710,25
2º JUIZ DE DIREITO	R\$ 52.139,89	7º DESEMBARGADOR	R\$ 43.057,03
3º JUIZ DE DIREITO	R\$ 47.891,81	8º JUIZ DE DIREITO	R\$ 42.000,26
4º JUIZ DE DIREITO	R\$ 47.123,42	9º DESEMBARGADOR	R\$ 41.716,89
5º JUIZ DE DIREITO	R\$ 46.751,10	10º JUIZ DE DIREITO	R\$ 41.550,81

\*fonte: Portal da Transparência

# Aposentados: Tirem suas dúvidas a respeito da mudança na elaboração da folha de pagamento

Os servidores e magistrados aposentados do Tribunal de Justiça de Sergipe tiveram o local de elaboração da folha de pagamento alterado. Desde o dia 20 de março, o Sergipe Previdência está responsável pela confecção da folha, que antes era elaborada pelo próprio Tribunal.

O motivo da mudança se deu por exigência da legislação, que determina que todos os benefícios pagos pelo Estado sejam administrados por um único órgão, logo, todos os aposentados de órgãos públicos estaduais receberão pagamento através do Sergipe Previdência.

Na prática, o servidor não deve ser afetado pela mudança. A data de pagamento continua sendo a mesma – no dia 20 de cada mês – e os empréstimos já obtidos e consignados em folha também serão mantidos. Já em relação aos novos empréstimos, estes deverão ser tratados diretamente com o Sergipe Previdência, obedecendo as atuais limitações do órgão, como por exemplo, a falta de convênio com a Caixa Econômica Federal.

A Gerência de Pagamentos do Sergipe Previdência colocou-se à disposição para se reunir com a direção do SINDIJUS no intuito de tirar possíveis dúvidas, portanto, os servidores aposentados que ainda tiverem dúvidas em relação à mudança da folha de pagamento, deverá informá-las ao sindicato.

## Primeira reunião com a Presidência do TJSE retoma o caminho do diálogo

Após um longo processo de intransigência, marcado pela última gestão do TJSE, a nova Presidência do órgão, comandada pelo Des. Cláudio Déda, reabre o diálogo com os servidores e aceita a restauração da mesa de negociação, entre o sindicato e os representantes do Tribunal.

Na manhã do dia 22 de março foi realizado o primeiro encontro dos representantes do SINDIJUS e da atual Presidência do TJSE, em pauta, a necessidade da retomada de diálogo e o avanço nas negociações paralisadas na última gestão.

Tecendo um contexto histórico-político das últimas negociações travadas no Palácio de Justiça, entre servidores e os gestores do TJSE, os diretores do SINDIJUS evidenciaram o diálogo como o melhor caminho para avançar nos pleitos da categoria e corrigir distorções salariais acumuladas, que criam dois mundos distintos dentro do TJSE: o dos supersalários para os altos cargos comissionados que não necessitam de



concurso público e o dos salários dos servidores concursados, incompatíveis com os trabalhos que prestam no Tribunal de Justiça que é 1º lugar em eficiência no país.

Munidos de uma série de reivindicações que foram negligenciadas pela última gestão, os representantes sindicais demonstraram todas as questões pendentes da Campanha Salarial iniciada em 2012, argumentando, em cada uma, a importância para a melhoria das relações de trabalho dentro do TJSE, por uma política de valorização justa para os servidores e pela moralização do Judiciário sergipano.

“Levamos todas as questões ignoradas pela última gestão para essa reunião entre o SINDIJUS e a atual Presidência do TJSE. Deixamos claro que estamos abertos para o diálogo e pontuamos, ponto por ponto, quais são as reivindicações da nossa categoria acumuladas historicamente, desde questões relativas à uma política digna de valorização e às relações de trabalho, até as medidas moralizadoras que viabilizam a implementação desses avanços dentro do TJSE, ou seja, fizemos um raio X de todas as questões pendentes, até hoje”, afirma Ednaldo Martins, diretor do SINDIJUS.

De forma aberta, o atual Presidente do TJSE, o Desembargador Cláudio Déda, afirmou ser o diálogo o método e o caminho a ser seguido pela sua gestão, comprometendo-se com a instalação da



Comissão de Negociação entre representantes do SINDIJUS e do Tribunal.

“Entendo o diálogo como caminho para construirmos uma gestão que possa atender, na medida do possível, as reivindicações dos servidores. A negociação, na minha gestão, será permanente”, afirma o Presidente do TJ.

Para a diretoria do SINDIJUS, essa reunião trouxe um bom termômetro em relação ao trato da nova gestão com os pleitos dos servidores do TJSE.

“Estamos vindo de um processo muito tenso e precisávamos romper com o legado marcado pela intransigência deixado pela gestão anterior do TJ, e, por isso, a retomada da negociação se traduz como ponto positivo para ambos os lados. Agora, temos que avançar em discussões que têm indignado profundamente os servidores, como os altos salários injustificados de alguns CCs, além, agora, da diferenciação no pagamento do auxílio-alimentação pago a juízes e servidores, que gera mais um abismo de injustiças dentro do TJSE. Esses são alguns dos principais debates a serem tratados com os novos gestores,” afirma Plínio Pugliesi, diretor do SINDIJUS.

# 1º CONCLAT, a formação do novo sindicalismo e a Transição Democrática no Brasil (1981 a 1987)



Ainda durante o regime militar, após um longo processo de tentativas de organização dos trabalhadores em torno de um aparelho que acumulasse força para a discussão sobre a sociedade, na concepção dos trabalhadores e trabalhadores que lutavam contra os arrochos salariais, contra a falta de autonomia sindical e a mais completa repressão e violência por parte da Ditadura Militar, se realiza a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (1º CONCLAT), em novembro de 1981.

Mais de 5 mil trabalhadores, de todas as partes do país, reuniram-se durante três dias para discutir qual seria a concepção de organização dos trabalhadores, que levariam à criação ou não de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) - que reunisse os trabalhadores das mais diversas categorias e ramos em um único espaço para fazer os debates macros e intervenções políticas, dentro das estruturas de poder da sociedade.

Debates imensos, traduzidos pela diversidade de correntes teóricas e forças políticas ideológicas, fizeram do 1º CONCLAT um espaço de disputa e de exercício na criação de consensos.

Essas discussões e as costuras políticas levaram a posição que definia como fundamental a criação da CUT, o que, apesar da formação de uma comissão eleita com 56 integrantes - 32 de sindicatos urbanos e 24 de rurais - só viera a acontecer após dois anos, em 1983, com a superação de divergências e o amadurecimento político dos campos que atuavam dentro do universo sindical no Brasil naquele período.

Após o 1º CONCLAT e a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a luta pela liberdade e autonomia sindical ganhou vez e voz, apesar das divergências internas que sempre existiram, contudo, o sentimento de unidade pela defesa desse aparato recém criado e a luta pela anistia

dos militantes que lutavam contra o regime e pelo Estado democrático congregavam.

E nesse processo, enquanto os sindicalistas se organizavam para a construção de uma ruptura para a atuação das entidades de classe, na construção do novo sindicalismo pautado pela organização dos trabalhadores, independente das estruturas do Estado, a igreja, com as suas pastorais - vincadas dentro da Teologia da Libertação - e os movimentos populares, fortes e agregadores de uma massa revoltada com os ditames ditatoriais e em busca da garantia dos direitos civis, também uniam-se pela liberdade, anistia e redemocratização do país.

A frente contra a Ditadura Militar e pela anistia se legitimava em diversos segmentos sociais, uma organização, que por mais heterogênea que fosse, tinha uma pauta que agregava a maioria dos movimentos e se fortalecia nas ruas.

E é nesse cenário de efervescência política que o regime militar começa a sofrer fortes crises, seja no sistema econômico, com o aumento vertiginoso da inflação, seja no campo político, com o movimento Pró Democracia erguendo-se cada vez mais, com a permissão do pluripartidarismo em 1979, o mesmo período que o então Presidente do Brasil, Figueiredo, institui, através de muita pressão, a Lei da Anistia no Brasil, permitindo o retorno de exilados e a liberdade para os presos políticos.

Em 1984, após uma grande mobilização em prol da Emenda Parlamentar Dante de Oliveira, em defesa das Eleições Diretas no Brasil, a população se vê derrotada institucionalmente pela Câmara dos Deputados.

O universo sindical e diversos segmentos da sociedade vão às ruas e, finalmente, no dia 15 de janeiro, após a votação do Colégio Eleitoral composto por parlamentares, assume o então representante do PMDB, Tancredo Neves, que não chega a assumir o cargo, em virtude de uma doença que trouxe sua morte repentina, assumindo, portanto, o seu Vice-Presidente, José Sarney.

Pondo fim à Ditadura e assumindo a condição da transição democrática, nesse governo inicia o processo de construção da Constituição Federal do Brasil, concluído em 1988, documento pelo qual diversos segmentos opinaram, discutiram e que é base para todas as questões que envolvem os trabalhadores brasileiros, tendo sofrido uma forte influência das organizações sindicais na sua concepção.

